



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000062033

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1001184-16.2024.8.26.0007, da Comarca de São Paulo, em que é apelante TATIANE FURLANETO MAGALHÃES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado AMERICAN PETS DO BRASIL LTDA – EPP (REVEL).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MONTE SERRAT (Presidente), PAULO ALONSO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 29 de janeiro de 2025.

MONTE SERRAT

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação nº 1001184-16.2024.8.26.0007
Comarca de São Paulo – Foro Regional VII - Itaquera (5ª Vara Cível)
Juiz: Daniel Fabretti
Apelante: Tatiane Furlaneto Magalhães
Apelada: American Pets do Brasil Ltda. Epp

Voto nº 5.948

EMENTA

Apelação – Ação de indenização por danos materiais e morais – Responsabilidade civil – Compra e venda – Vício do produto – Sentença de procedência dos pedidos indenizatórios por danos materiais e morais – Correção monetária da indenização por danos materiais – Termo inicial que incide desde o desembolso – Juros moratórios devidos a partir da citação Precedentes jurisprudenciais – Valor da indenização a título de danos morais majorado para R\$ 10.000,00, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, consideradas as circunstâncias do caso e que não importa em enriquecimento indevido da autora em detrimento da ré – Honorários sucumbenciais – Fixação nos termos do art. 85, § 2º, do CPC e em consonância com o Tema 1076 do STJ – Majorado o índice fixado na sentença – Recurso provido em parte.

Trata-se de ação promovida por Tatiane Furlaneto Magalhães contra American Pets do Brasil Ltda. EPP, alegando, em resumo, que no dia 29/12/2022, adquiriu uma mamadeira especial que, segundo a ré, se destina a filhotes de gatos com desmame prematuro. No entanto, na primeira tentativa de amamentar o seu filhote de gato, de um mês de idade, começou a notar sinais de asfixia em seu pet. Ao retirar a mamadeira percebeu que o bico de sucção havia rompido. Entrou em contato com o Serviço de Atendimento ao Cliente da ré, porém não foi atendida. Levou o animal ao Centro Veterinário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Piera, onde foram realizados exames laboratoriais e cirurgia de emergência para a retirada do bico da mamadeira que o seu animal havia engolido. Informa que passou a virada do ano sozinha, na clínica. Para suportar os gastos realizou empréstimos. Alega que a situação vivenciada, a partir da asfixia sofrida pelo seu pet, que necessitou ser internado em clínica veterinária e submetido a cirurgia de urgência, lhe causaram tristeza e aflição, situação que foi agravada pelo notório desvio produtivo para conter os riscos que poderiam ocasionar a morte o seu pet. Pede a condenação da ré a restituir o valor que pagou pelos exames e pela cirurgia no montante de R\$ 3.920,00, bem como da importância de R\$ 15.000,00, a título de danos morais.

A r. sentença de fls. 72/75 julgou procedentes os pedidos para condenar a ré ao pagamento de R\$ 3.920,00, a título de danos materiais, quantia essa que deve ser acrescida de correção monetária a contar da data do ajuizamento da ação e de juros de mora de 1% ao mês desde a citação, bem como da importância de R\$ 5.000,00, cujo valor deve ser atualizado a partir da data da sentença e acrescida de juros legais do trânsito em julgado. Em razão da sucumbência, a ré foi condenada ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios ao patrono da parte adversa fixados em 10% do valor da condenação.

A autora interpôs embargos de declaração (fls. 78/79), que foram rejeitados pela r. decisão de fls. 80.

Apelação da autora a fls. 82/87, pleiteando, em resumo, a reforma da r. sentença para: a) alterar os termos iniciais da correção monetária e dos juros de mora incidentes sobre a condenação a título de danos materiais, para que sejam contados a partir do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

desembolso e da data da citação, respectivamente; b) majorar o valor da indenização a título de danos morais para R\$ 15.000,00; e, c) majorar o valor dos honorários advocatícios para R\$ 3.784,00, que corresponde a 20% do valor almejado ou por equidade. Requer seja o recurso conhecido e recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo.

A ré, que é revel, não apresentou contrarrazões (fls. 89).

Recurso tempestivo e sem preparo, por ser a apelante beneficiária de justiça gratuita (fls. 65).

Não foi apreciado o requerimento de concessão de efeito suspensivo, prejudicado que se acha em face do disposto no art. 1.012, *caput*, do Código de Processo Civil.

É o relatório.

Não tendo havido recurso por parte da ré, restaram incontroversas as condenações ao pagamento de indenizações a título de danos materiais e morais.

O pleito recursal quanto ao termo inicial de incidência da correção monetária merece acolhimento.

Cabe registrar que a r. sentença estabeleceu o termo inicial dos juros moratórios incidentes sobre a condenação a título de danos materiais a partir da citação (fls. 74, letra “a”).

Conforme jurisprudência do STJ *a correção monetária não se constitui em um plus mas, tão somente, na recomposição do valor da moeda defasada pelo tempo* (AgInt no REsp nº 1.622.205/PR, rel. Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, j. em 02/09/2024, DJe de 04/09/2024).

A jurisprudência desta Câmara e deste egrégio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tribunal consolidou entendimento no sentido de que, em se tratando de indenização por danos materiais decorrente de relação contratual, a correção monetária incide desde a data do desembolso e os juros de mora a contar da citação.

A respeito, confira-se: Apelação Cível nº 1000769-81.2022.8.26.0337, 30ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. João Baptista Galhardo Junior, v. u., j. em 26/03/2024; Apelação Cível nº 1000596-45.2020.8.26.0396, 30ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. Maria Lúcia Pizzotti, v. u., j. em 23/04/2021; Embargos de Declaração Cível nº 1018290-37.2022.8.26.0564/50000, 28ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. Eduardo Gesse, v. u., j. em 26/09/2024 e Embargos de Declaração Cível nº 1079330-57.2022.8.26.0002/50000, 37ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. Afonso Celso da Silva, v. u., j. em 04/08/2023.

A quantificação da indenização do dano moral deve pautar-se pela razoabilidade, tendo de levar em consideração o caráter educativo, que iniba a prática de novas ofensas por parte do agressor, e o caráter compensatório à vítima, além das circunstâncias do caso concreto e à situação econômica das partes.

No caso vertente, levando-se em consideração todos os parâmetros, especialmente as circunstâncias do fato, os transtornos sofridos pela Autora, o valor de R\$ 10.000,00, mostra-se justo e proporcional aos fatos narrados, não é excessiva e não importa em enriquecimento sem causa à autora em detrimento da ré.

O aludido montante deve ser acrescido de correção monetária pela tabela prática do TJSP desde a data da publicação deste acórdão (Súmula 362/STJ) e de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação (artigo 405, do Código Civil).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assinalo que a fixação do valor dos danos morais em montante inferior ao pleiteado pela parte autora, não gera sucumbência recíproca, nos termos da Súmula nº 326 do STJ.

Por fim, o pedido recursal para que os honorários advocatícios sucumbenciais sejam fixados por equidade não comporta acolhimento.

Em regra, os honorários advocatícios sucumbenciais são fixados sobre o valor da condenação, do proveito econômico ou da causa (CPC, art. 85, § 2º), pelas alíquotas de dez a vinte por cento.

Excepcionalmente, pode ser realizado o arbitramento por equidade se o proveito econômico for inestimável ou irrisório, ou se o valor da causa for muito baixo (CPC, art. 85, § 8º).

No caso em tela, em razão da reforma da r. sentença com a majoração do valor da indenização a título de danos morais em quantia que não é irrisória, a base de cálculo há de ser a soma dos valores das condenações por danos materiais e morais, nos termos do § 2º do art. 85 do Código de Processo Civil e em consonância com o posicionamento adotado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça pelo Tema nº 1076, no julgamento dos Recursos Especiais nºs. 1.906.618/SP, 1.850.512/SP, 1.877.883/SP e 1.906.623/SP, submetidos ao rito dos recursos repetitivos, os quais estarão moderadamente fixados em vinte por cento sobre o montante das condenações, valor razoável a bem remunerar os trabalhos realizados pelo advogado da demandante.

Posto isso, **dou provimento em parte** ao recurso para: a) estabelecer que o valor da condenação por danos materiais (R\$ 3.920,00), será acrescido de correção monetária desde o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

desembolso e de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação; b) majorar o valor da condenação a título de danos morais para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), incidindo correção monetária pelos índices da tabela do TJSP a partir da data da publicação deste Acórdão (Súmula 362 do STJ) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação; e, c) majorar o índice dos honorários advocatícios sucumbenciais em favor do patrono da autora para 20% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do Código de Processo Civil.

MONTE SERRAT
Desembargador Relator